

“REFLITA! PENSE DUAS VEZES”: DISCURSOS SOBRE A VIRGINDADE E A CASTIDADE NOS DOMÍNIOS DA RELIGIÃO E DA POLÍTICA

Claudemir Sousa¹
Francisco Vieira da Silva²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar como, na atualidade, são produzidos discursos sobre a adoção da virgindade e da castidade nos domínios religioso e político. Nesse intuito, foram selecionadas nove matérias jornalísticas veiculadas nas mídias digitais, doravante denominadas de enunciados, das quais retiramos excertos para análise, transcrevendo falas jornalísticas, de sujeitos religiosos e políticos que se posicionam sobre esse tema. A discussão será conduzida com base nas teorizações de Michel Foucault acerca do discurso, da sexualidade, da virgindade e da castidade, particularmente a partir d’as Confissões da Carne, quarto volume da História da Sexualidade. A análise permite-nos articular uma relação entre a conduta do sujeito no controle da sexualidade com a proposição de políticas governamentais de educação sexual.

Palavras-chave: Discurso. Virgindade. Castidade. Política. Religião.

“REFLECT! THINK TWICE”: DISCOURSE ABOUT VIRGINITY AND CHASTITY IN THE DOMAINS OF RELIGION AND POLITICS

Abstract: This article aims to analyze how, nowadays, it is produced statements about the adoption of virginity and chastity in the domains of religion and politics. To this aim, it were selected nine newspapers materials, from the digital media, from now named statements, from which we took off excerpts for analysis, with transcriptions of speaking of journalist, religious people and politicians that stand on these themes. We anchored the discussions on Michel Foucault’s theories on discourse, sexuality, virginity and chastity, particularly in “Confessions of the Flesh”, the fourth volume from “The History of Sexuality”. The analysis allowed us to articulate a relation between the conduction of the subject in the control of sexuality with the proportion of governmental politics on sexual education.

Keywords: Discourse. Virginity. Chastity. Politics. Religion.

1 Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara (UNESP). E-mail: claudemir201089@hotmail.com

2 Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professor na UFERSA e professor do Programa de pós-graduação da UFRN. E-mail: franciscovieirariacho@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Em uma conversa, no início do relacionamento, o casal conta que prometeu deixar os “desejos da carne” em segundo plano. E, para cumprir o desafio, traçou algumas estratégias: além de não faltar nos cultos da igreja, para estar sempre em comunhão com Deus, a dupla apaixonada faz questão de sair sempre com amigos e familiares (SARYNE, 2018, *online*).

De todas as taras sexuais a mais estranha é a abstinência (Millôr Fernandes).

O primeiro enunciado precedente é um excerto de uma matéria jornalística hospedada no portal de notícias IG, cuja responsabilidade editorial é atribuída a Bárbara Saryne. Essa jornalista, no ensejo da celebração do dia dos namorados, em junho de 2018, tornou possível as condições de emergência para enunciados de um casal, identificado como Levi Brianesi, de 22 anos, e Rebeca Gimenez, de 20 anos, acerca dos desafios de um “namoro cristão”, como é referenciado. Os dois estão nesse estado de relacionamento desde 2015 e se conheceram quando ela tinha 12 anos e já era apaixonada por ele, mas começaram a namorar depois que ela completou 18 anos. O segundo enunciado, por sua vez, satiriza a abstinência sexual, caracterizando-o como uma espécie diferente de tara e, com isso, tenta construir um sentido segundo o qual não praticar sexo implica numa relação curiosa com essa prática.

Nesse sentido, o *logos* cristão (FOUCAULT, 2019), que repousa nas Sagradas Escrituras, é o domínio que fornece o ponto de aplicação (FOUCAULT, 2008) para a elaboração de enunciados sobre as razões para se manter virgem antes do casamento. Na matéria, o casal em pauta é enunciado como membro de uma igreja evangélica (protestante) que renunciou à liberdade sexual e escolheu ser virgem um para o outro até o casamento, ato qualificado como uma prova de amor.

A adesão e manutenção desse estado de castidade também requer cuidados para não ceder aos “desejos da carne”. As vigilâncias praticadas pelo casal consistem, segundo o enunciado, em ir com regularidade aos cultos, estar em comunhão com Deus e na companhia de amigos e familiares, atos de governo de si que passam pelo governo do outro.

Sobre os esforços feitos para fugir à tentação da carne, Levi afirma que: “É claro que a tentação é forte, somos de carne e osso (risos). Mas eu creio que nenhuma tentação é colocada sobre alguém que não possa suportar” (SARYNE, 2018, *online*). Assim, ele se enuncia como um sujeito temperante (FOUCAULT, 2019), ou seja, que controla a libido, resistindo a uma tentação depositada sobre ele por ação externa.

Nesse mesmo sentido, Rebeca declara que, para elaborar uma condução ética de si, busca suporte em exemplos do Youtuber Israel Subirá e sua esposa Priscilla Huber, que tiveram a primeira experiência sexual juntos. Além disso, foi o pai quem deu a recomendação para que a relação entre eles só ocorresse após ela completar 18 anos. Por isso, ela declara que ele namorou outra menina, mas ela soube esperar, pois, segundo ela, “Quando você espera, as coisas fluem. E o esperar é ter fé, saber que não é hoje e talvez não será amanhã” (SARYNE, 2018, *online*).

Além do acionamento do *logos* cristão nesse argumento, o discurso da natureza (FOUCAULT, 2019) também é evocado na fala de Levi para justificar a determinação de ambos em aguardar o momento oportuno para manterem relações sexuais, como segue:

Quando você planta uma semente, não dá para colher o fruto no mesmo momento. Antes, você precisa cuidar daquela semente, tratar e esperar que ela amadureça. Quando você escolhe esperar, no namoro cristão, você simplesmente diz que o sexo não é tão importante quanto estar com a pessoa que você ama (SARYNE, 2018, *online*).

Desse modo, essa matéria jornalística, que circula na *internet*, evidencia-nos que a *web* também é um espaço para a confissão das práticas sexuais por cristãos adeptos de religiões evangélicas, os quais renunciaram à prática sexual, pois, em nossas consultas por enunciados sobre virgindade, pulularam resultados que confirmam a formulação de Foucault (1999), segundo a qual a sexualidade, em vez de ser objeto de uma repressão por uma polícia discursiva, é objeto de intensa discursivização.

Nesse sentido, neste artigo analisamos como são produzidos discursos acerca da virgindade e da castidade nos domínios da religião e da política. Para tanto, coletamos, em junho de 2021, nove (9) matérias jornalísticas que circularam na *web* e montamos um *corpus* enunciativo com falas de jornalistas, de sujeitos que decidiram adotar a prática da virgindade ou castidade para si e de outros que a propõem como política pública de saúde. Transcrevemos excertos de matérias para análise, com base nas teorizações de Michel Foucault acerca do discurso, da sexualidade, da virgindade e da castidade, de maneira mais específica as discussões presentes no quarto volume da História da Sexualidade, publicado recentemente.

O percurso aqui empreendido está organizada da seguinte forma: na próxima seção, apresentaremos as considerações teóricas do pensamento de Foucault que embasa as análises. Em seguida, apresentamos as análises dos enunciados da mídia digital e, finalmente, as considerações finais.

C O N S I D E R A Ç Õ E S FOUCAULTINANAS SOBRE O DISCURSO, A SEXUALIDADE, A VIRGINDADE E A CASTIDADE

O tema deste artigo, a virgindade como prática de si que se insere no domínio da longa duração histórica da sexualidade, dialoga com as discussões

de Michel Foucault acerca da genealogia da ética via experiência da sexualidade, questão que esse autor investigou em quatro tomos de livros de uma maneira descontínua, no sentido de que do volume primeiro ao quarto houve um deslocamento não linear nas temporalidades em que essa investigação foi situada. Para nosso trabalho, interessa, particularmente, a investigação desenvolvida por Foucault no volume quatro acerca da virgindade nos primeiros séculos do Cristianismo, no âmbito das exegeses de autores cristãos e sua relação com a moral pagã.

Entretanto, uma melhor compreensão dessa temática necessita situar o projeto da História da sexualidade e outras discussões teóricas empreendidas por Foucault na fase denominada de genealogia da ética, inclusive para esclarecer que práticas de sexualidade de alhures apresentam remanência (FOUCAULT, 2008) em nossa atualidade, o que nos compele a realizar esta investigação hoje.

Desse modo, o texto “História da sexualidade 1: a vontade de saber” (FOUCAULT, 1999) abre a discussão sobre essa temática deslocando o olhar das formas de repressão ao sexo para as formas de produção de discursos, poderes e saberes sobre o sexo, a partir do século XVI até a Era Vitoriana, no século XIX.

Essa discussão o leva a formular um conceito chave nesse primeiro volume, o de dispositivo de sexualidade, posteriormente explicado em uma entrevista com o título “Sobre a história da sexualidade” (FOUCAULT, 2013), que pode ser encontrada na obra “Microfísica do Poder”. Com esse conceito, o autor situa os discursos, as instituições, os decretos, as leis, enfim, o domínio do dito e do não dito, do discursivo e do não discursivo que possibilitam a emergência, estratificação, fratura e atualização das experiências com a sexualidade e a tornam algo determinante para os modos de subjetivação da atualidade.

O método empregado é a análise da formação de um saber sobre o sexo em termos de relação de poder, ou seja, de formas de ação sobre a ação do outro, que conduz a uma ação sobre si mesmo e, nessa esteira, a uma forma de subjetivação. Isso implica reconhecer que a análise enunciativa encetada em obras anteriores e explicitada em “Arqueologia do saber” (FOUCAULT, 2008) é uma grade de leitura para o autor nos quatro tomos desse projeto.

Para Foucault (2008), o discurso é uma prática histórica e localizada no tempo e espaço, o que implica formação de conceitos, objetos, temas e posições de sujeito. A sexualidade, como objeto de discurso, resulta da articulação de saberes de variadas ordens, instituições em torno desses saberes, o corpo como ponto de aplicação de técnicas de si, como a confissão, que se destinam a produzir o governo de si e do outro.

Assim, em (des)continuidade ao projeto inicial da história da sexualidade, no texto “História da sexualidade 2: o uso dos prazeres”, Foucault (1998, p. 16, grifos do autor) explica as modificações que precisou realizar para conduzir suas pesquisas nos outros três volumes, como segue:

Gostaria de mostrar, agora, de que maneira, na Antiguidade, a atividade e os prazeres sexuais foram problematizados através de práticas de si, pondo em jogo os critérios de uma “estética da existência”.

Eis as razões pelas quais recentrei todo o estudo sobre a genealogia do homem de desejo, desde a Antiguidade clássica até os primeiros séculos do cristianismo. Segui uma distribuição cronológica simples: um primeiro volume, O uso dos prazeres, é dedicado à maneira pela qual a atividade sexual foi problematizada pelos filósofos e pelos médicos, na cultura grega clássica, no Século IV a. C.; O cuidado de si é dedicado a essa problematização nos textos gregos e latinos nos dois primeiros séculos de nossa era; finalmente, As confissões da carne tratam da formação da doutrina e da pastoral da carne.

Como se vê, o extrato epistêmico, portanto, é modificado: ocorre um deslocamento para a

Antiguidade Clássica e, após isso, para os primeiros anos do Cristianismo. Desse conjunto de textos, “As confissões da Carne” (FOUCAULT, 2019) foi o que mais demorou a ser publicado, o que só ocorreu após a morte de Foucault, deixando, evidentemente, uma lacuna na sua história da sexualidade por longos anos. A sua publicação possibilitou recuperar a relação estabelecida por ele em outros textos, como “Verdade e subjetividade” (FOUCAULT, 1993), acerca da constituição ética do sujeito em práticas de verdade, como a confissão, e acerca dos anormais da sexualidade, em “Os anormais” (FOUCAULT, 2001).

O que há de singular no tomo quarto da história da sexualidade é o cotejamento feito entre a moral pagã e a moral cristão, possibilitando, assim, analisar as modificações nas práticas de verdade e subjetivação desde a antiguidade até o Cristianismo emergente. Passemos, então, à discussão de Foucault (2019) acerca da virgindade na “História da sexualidade 4: as confissões da carne”.

Dividido em três capítulos, o texto em questão expõe a problematização da carne pelos Padres da Igreja dos primeiros séculos do Cristianismo e o papel que aí desempenham a hermenêutica e a decifração purificadora do desejo. Para conduzir suas investigações, Foucault (2019) sinaliza para uma tripla determinação da sexualidade: o discurso da natureza, a razão filosófica e a palavra de Deus.

A reflexão que Foucault (2019) empreende acerca da virgindade, no segundo capítulo, remonta aos textos da literatura cristã (Sobre a Verdadeira Integridade na Virgindade, de Basílio de Ancira; Sobre a Virgindade, de Gregório de Nissa; Da Virgindade, Das Coabitações Suspeitas e Como Observar uma Virgem, de João Crisóstomo; Homilia, de Eusébio de Emesa; e Exortação, de Evágrio Pôntico).

A esses textos, são correlacionados outros de autores latinos (Santo Ambrósio, São Jerônimo, Santo Agostinho), que compõem um campo

associado (FOUCAULT, 2008) sobre a virgindade. Um alerta que Foucault (2019, p. 165) faz é de que esses textos não atestam “o aparecimento nesta época de um imperativo ou de uma prática de abstenção total e definitiva de relações sexuais”, e sim estão ligados a uma valorização da virgindade já atestada antes, em referência à Primeira Epístola aos Coríntios (7, 1) e que se estende por séculos, sinaliza para o caráter de acontecimento (FOUCAULT, 2008) desses textos em análise, ou seja, como enunciados singulares e que se inserem em uma adjacência de formulações, sem ser a origem de uma discussão.

Assim, Foucault (2019) examina enunciados de autores cristãos que propugnam e que testemunham a existência de uma renúncia voluntária às relações sexuais. Nos excertos de textos apresentados, entram em cena temas como celibato, a união a Deus, virgindade, casamento com Cristo, integridade, pudor, fecundidade da Igreja-mãe, abstinência, dentre outros. Além da ligação com a prescrição cristã, essa prática também está relacionada à abstinência praticada pelos antigos filósofos. Assim, Foucault (2019, p. 166-167) assevera qu

a virgindade ou a continência definitiva aparecem pois no século II como uma prática difundida entre os cristãos, mas sem que nada nisso haja aparentemente de específico: quanto muito a extensão de um tipo de comportamento já conhecido, pelo menos na sua forma exterior, e já valorizado.

As interdições que aparecem nas exegeses das Sagradas Escrituras são as mesmas proibições presentes na moral pagã, de modo que o Cristianismo veicula em seus primeiros séculos um sistema de moral sexual similar ao da cultura antiga: proibição do adultério, da fornicação e da corrupção de crianças. Ocorre, assim, recomendações de comedimento para alguns e da abstinência total para outros.

Também se deve assinalar que não se está tratando de uma simples extensão de uma

recomendação filosófica de abstinência à prática cristã, já que existem diferenças entre ambas: a moral cristã deu ao princípio pagão da continência nova significação, acrescentando outros efeitos, outras promessas, outra extensão e novos instrumentos. Ela também se desligou do encratismo, a tendência de proibir toda relação sexual aos cristãos como forma de garantir a salvação. Nesse âmbito, tratava-se de “determinar que experiência privilegiada, relativamente ‘rara’ e positiva, devia ser a virgindade” (FOUCAULT, 2019, p. 168, grifos do autor).

Desse modo, se durante os primeiros séculos do Cristianismo a atenção recaiu na abstenção rigorosa e definitiva de toda relação sexual, o pensamento cristão irá elaborar reflexões nos séculos V e VI sobre a virgindade. Em momentos futuros, aparecem temas como incesto, bestialidade e contranatura, pondo em jogo o discurso da natureza para explicar a necessidade de seguir uma moral sexual. Sobre isso, Foucault (2019, p. 168-169) pontua:

Mas, por outro lado, esta questão da virgindade não deve ser considerada como um simples princípio de abstenção, que de algum modo viesse completar os interditos particulares através de uma recomendação geral de continência. Não devemos compreender o ardor posto em exaltar e recomendar a virgindade como uma extensão dos velhos interditos no domínio geral das relações sexuais: uma espécie de ir até aos limites que proibisse não só isto, aquilo e também aquilo, mas, afinal de contas, tudo. A valorização da virgindade, entre a abstinência parcialmente recomendada por certos sábios antigos e a continência rigorosa dos encratitas, levou a pouco e pouco à definição de toda uma relação do indivíduo consigo mesmo, com o seu pensamento, com a sua alma e com seu corpo. Em suma, a interdição do adultério ou da corrupção de crianças, por um lado, e, por outro, a recomendação da virgindade não estão no prolongamento uma da outra. São dissimétricas e de natureza diferente. Ora, foi na elaboração da segunda e não no reforço da primeira que se formou a concepção cristã da carne.

Nessa medida, a prática da virgindade desenvolveu-se ao lado de um código moral de interditos sexuais como uma prática singular.

Foucault (2019) defende que os documentos do século III que consultou sobre a virgindade da mulher mencionam mulheres jovens mantidas virgens em casa e círculos de virgens. Antes do século V, a virgindade não era institucionalizada em voto ou em uma existência monástica. Existiam círculos, principalmente de mulheres, que se dedicavam à vida religiosa e renunciavam ao casamento ou a um segundo casamento, cantavam louvores à sua virgindade e também casos de moças levadas a esse estado pela família. Ambos os casos testemunham o desenvolvimento “[...] de uma mística cristã da virgindade” (FOUCAULT, 2019, p. 170).

Foucault faz uma longa exposição acerca da virgindade como concebida em diferentes autores, quais sejam: São Cipriano, Tertuliano, Tito Lívio, Metódio de Olimpos, Basílio de Ancira, João Crisóstomo, Ambrósio, Cassiano, Clemente de Alexandria, Gregório de Nissa, Agostinho, Evágrio e Pseudo-Atanásio. Nos textos por ele analisados, o tema da virgindade é a tônica, já que em outros, conforme o autor, esse tema é correlacionado a uma prescrição de vestimentas para as jovens e mulheres casadas, aos problemas de um novo casamento das viúvas e viúvos e à penitência e reintegração dos adúlteros. Daremos destaque apenas aos textos de Tertuliano por ele analisados, de modo a buscarmos um método para nos guiar em nossas discussões sobre a virgindade, empreendidas neste estudo.

Nessa empreitada, Foucault (2019, p. 171, grifos do autor) mostra que Tertuliano desenvolve argumentos para justificar a virgindade, apoiados em uma tripla discursividade. A primeira são as Sagradas Escrituras, como segue: “foi como mulher que Eva foi criada; era do seio de uma mulher que o Salvador devia nascer; foi como mulheres que as ‘filhas dos homens’ seduziram os anjos”. A segunda é o discurso da natureza: “Tertuliano, com efeito, explica que toda a virgem se torna mulher espontaneamente e antes até do casamento [...] pelo próprio movimento da

natureza: desenvolvimento do corpo, mudança de voz, e tributo mensal” (FOUCAULT, 2019, p. 71-72). A terceira é a “das exigências da disciplina: as mulheres casadas devem ser protegidas contra os perigos que as rodeiam. O véu assegura e simboliza esta proteção” (FOUCAULT, 2019, p. 72).

Em outro texto de Tertuliano, Foucault (2019) analisa que a virgindade se apresenta em três graus, cada um correspondente a uma qualidade: uma virgindade da qual somos dotados ao nascer e que se for conservada permitirá ignorar aquilo de que se quer libertar (correspondente à *felicitas*); uma virgindade recebida do segundo nascimento do batismo e que se pratica no casamento ou viuvez (correspondente à *virtus*), e uma terceira virgindade, chamada de monogamia e, após o casamento, de renúncia ao sexo (correspondente à *modéstia*).

Nesses textos, a abstenção das relações sexuais ganha um sentido de uma forma de se aproximar de uma existência santificada, preludiando o momento de ressurreição da carne, em que não se perceberá a diferença dos sexos.

Foucault diferencia virgindade (renúncia à relação sexual, não necessariamente total), castidade (um estado em que a relação sexual é feita de forma temperante) e celibato (voto de renúncia total ao ato sexual). Mesmo assim, ele afirma que, embora os autores cristãos vejam a virgindade pagã como simples rejeição ou abstenção e não reconheçam como sua, a virgindade e a prática pagã continência possuem relação, na medida em que os autores cristãos do século IV “contraíram empréstimos relativamente importantes de regras de vida inspiradas pela moral dos filósofos. E chegaram até mesmo a transpor directamente certos elementos seus” (FOUCAULT, 2019, p. 198).

Desse modo, Foucault (2019) assevera que, ao longo dos séculos e nas formulações dos autores por ele estudados, há modificações pontuais na renúncia das relações sexuais, instituídas pelo monarquismo e pela dissociação da vida dos

monges e dos leigos. São elaboradas tecnologias de si mais complexas em relação virgindade. No que concerne às formulações de Tertuliano, Foucault (2019, p. 263) assinala:

Em Tertuliano o estado de virgindade implicava uma atitude exterior e interior de renúncia ao mundo, completada por regras de apresentação, de conduta e de maneira de ser. Na grande mística da virgindade que se desenvolve a partir do século III, o rigor da renúncia (sobre o tema, já presente em Tertuliano, da união com Cristo) inverte a forma negativa da continência em promessa de casamento espiritual.

O Cristianismo coloca em jogo técnicas para vigilância das ações e do pensamento. Constitui-se um processo de subjetivação que faz da obrigação de buscar a verdade de si e dizê-la uma necessidade permanente. Essa subjetivação implica uma objetivação indefinida de si por si e também não se separa das relações com os outros, em termos de vigilância da influência do outro, da confissão ao outro, da submissão ao seu conselho e da obediência, elementos da ética sexual desenvolvidos no Cristianismo dos primeiros séculos e transformados por tecnologias de si desenvolvidas na vida monástica.

Assim, essa discussão se reencaminha para a técnica da confissão como uma prática de si e um jogo de verdade, já desenvolvido por Foucault (1999) no volume 1 da história da sexualidade e explorada em diversos textos para situar a emergência de procedimentos de obtenção da verdade nas sociedades ocidentais em diferentes práticas, como a jurídica, temática de “A verdade e as formas jurídicas” (FOUCAULT, 2002).

Foi durante a Alta Idade Média que transformações se operaram no Cristianismo, fazendo-se desenvolver na moral das relações sexuais práticas como a confissão, a qual se espalhou por diferentes domínios. Igualmente, as recomendações presentes em textos pagãos e cristãos mostram remanências (FOUCAULT,

2008) em enunciados contemporâneos, os quais analisaremos adiante, sem considerar a existência de uma extensão dessas recomendações no presente, bem como a singularidade e a atualidade de sua emergência.

VIRGINDADE E CASTIDADE NO DOMÍNIO DA RELIGIÃO E DA POLÍTICA EM ENUNCIADOS DA MÍDIA DIGITAL

No primeiro enunciado, os principais motivos elencados para a adoção da virgindade ou da castidade são respaldados na moral sexual desenvolvida pela doutrina religiosa cristã. São relatadas situações de casais em que ambos os parceiros ou apenas um deles já teve relações sexuais e, no relacionamento atual, escolheu adotar a castidade.

A primeira situação ilustra o caso de Carla Cristina e Felipe Godoi, casal que “[...] está junto há 5 anos e meio e só vai transar quando completarem mais um ano juntos. Os dois perderam a virgindade em relacionamentos anteriores, mas fizeram um voto de castidade até o casamento, marcado para setembro de 2018” (SOUZA, 2017, *online*).

Nesse enunciado, a situação de castidade confessada não coincide com a de virgindade, como bem mostra Foucault (2019), pois se trata de um voto entre os parceiros para fazer uso moderado da relação sexual somente após o casamento, finalidade a ele atribuída pelas Sagradas Escrituras. Ambos são enunciados como evangélicos, que se conheceram na igreja. Foi Felipe quem propôs a adoção da castidade como prática de si.

No estado de castidade, são adotadas recomendações de privações e outras práticas de vigilância, para purificação dos desejos e manter a temperança (FOUCAULT, 2019), como segue (as aspas delimitam as falas dos entrevistados e a dos jornalistas):

“Com certeza é mais difícil para a gente, mas é uma escolha. Já pensamos em desistir, claro, mas a gente viu que não vale a pena. Temos uma vida inteira pela frente. Tememos a palavra de Deus e esse (sexo) não é o principal motivo de a gente estar junto. O que nos une é o amor e o carinho que temos um pelo outro”, afirmou Araújo (SOUZA, 2017, *online*).

Assim, a união no amor e o temor a Deus são os argumentos que justificam a adoção da castidade. Ainda em relação aos cuidados tomados para não ceder à destemperança (FOUCAULT, 2019), uma legenda na foto do casal afirma: “Carla e Felipe não dormem no mesmo quarto e evitam assistir a cenas de beijos em filmes e comerciais para evitarem o desejo de fazer sexo” (SOUZA, 2017, *online*). Nesse discurso, conforme nos lembra Lima (2020, p. 50), tem-se um sujeito “submisso a técnicas de coerção e anulação do desejo e consumação dos prazeres carniais, por serem considerados elementos que conduzem ao pecado”.

Já a segunda situação mencionada anteriormente, em que apenas um dos parceiros é virgem e ambos estão se dedicando a uma vida de castidade, é ilustrada pela relação entre Renata Cristina e Douglas, ela virgem e evangélica antes de se relacionar com ele e esse último não virgem e nem evangélico quando se conheceram.

A justificativa empregada pelo casal para manter a castidade também repousa nas Sagradas Escrituras, como segue: “Mesmo na igreja, é a minoria que escolhe esperar. Ninguém acredita em mim e pergunta o porquê disso. Eu só falo que é uma questão de Deus e levo as críticas na brincadeira” (SOUZA, 2017, *online*).

Esse enunciado evidencia um certo cisma no interior da própria igreja no que tange à adoção total da moral cristão sobre o sexo por seus membros, na medida em que um precisa fazer a sua decifração e hermenêutica de si (FOUCAULT, 2019) para justificar ao outro que adota a castidade como tecnologia de si porque Deus assim o

determina, algo que deveria ser de conhecimento da comunidade religiosa.

Nesse enunciado, um conjunto de relatos situa as recomendações a serem seguidas pelos casais para evitar a desistência do estado de castidade ou a perda da virgindade. Um deles é dado pelo pastor Nelson Junior, criador do movimento “Eu escolhi esperar” e autor do livro homônimo, com dicas comportamentais para os casais evitarem ceder à tentação da carne: “O melhor conselho que eu dou é evitar carícias, que são aqueles carinhos com intenções sexuais. Isso inclui evitar ficar sozinhos, namorar no escuro, beijos muito prolongados e ter conversas íntimas”, diz ele (SOUZA, 2017, *online*). Nota-se, pois, uma série de estratégias que visam ao controle de si, por meio de um permanente autogoverno.

Essa purificação do desejo implica uma relação de vigilância do indivíduo com o outro e, principalmente, consigo, com seus pensamentos, seu corpo e sua alma (FOUCAULT, 2019). O casal Felipe e Carla, por seu turno, confessa as práticas que adota para se manter casto ao viajarem, se relacionarem com amigos, assistirem a filmes e novelas, de modo a driblarem o desejo sexual:

“A gente não deixa de viajar, só não vai sozinho. Fazemos isso para evitar comentários porque eu zelo muito pela minha imagem na igreja. Sou líder de música e faço minha parte ao rejeitar algumas coisas e me privar. Já fiz isso diversas vezes, como recusar convites de churrascos de amigos”, conta Felipe Araújo.

“A gente muda de canal, avança a cena. Às vezes, a iniciativa parte de mim ou dela, mas nunca brigamos por isso. Pessoas que não professam a mesma fé geralmente não concordam com isso, mas a gente acaba vendo que muitas delas são infelizes. Elas têm o sexo, mas não tem o companheirismo, alguém que te ama de verdade”, afirmou (SOUZA, 2017, *online*).

O casal Gizelia Angelica e Claudio Lúcio também atribui à prática discursiva da religião cristã para se manter casto: “Antes, eu desconhecia

as escrituras e não sabia que eu estava errando. A partir do momento que eu sei sobre os pecados, eu peço perdão pelo meu passado e me renovo espiritualmente sem cometer novamente os mesmos tropeços” (SOUZA, 2017, *online*). Quanto aos procedimentos adotados para não ceder ao desejo, eles afirmam: “Somos de Estados diferentes e nos vemos apenas uma vez por mês. Quando estamos juntos, as luzes ficam sempre acesas para a gente aguentar. A gente conversa muito sobre isso e eu fico me perguntando se ainda sei fazer as coisas” (SOUZA, 2017, *online*). De acordo com Khibiehler (2016), a tradição cristã objetivou a virgindade como uma espécie de transfiguração, por meio da qual se teria acesso a uma santidade e a um estado de pureza. Vemos no discurso direto citado que o casal mobiliza certas tecnologias de autogoverno e uma dada direção de consciência responsável por não desviá-lo do seus propósitos em se manter firme em relação à prática sexual antes do momento considerado oportuno.

O segundo enunciado é uma matéria do jornal Estado de Minas, de fevereiro de 2020, referente ao lançamento de uma campanha pelo governo federal sobre a abstinência sexual. O argumento de que se lança mão para justificar a abstinência é da ordem do discurso científico. A campanha foi anunciada pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, e pelo então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandeta.

A campanha estava prevista para ir ao ar em fevereiro de 2020, no período de carnaval. Devido à realização da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, realizada em fevereiro e estudada para ser realizada em junho, em razão da comemoração do dia dos namorados e também por ser o momento em que as aulas escolares estariam em andamento, a campanha precisou esperar para ser veiculada na mídia em março. Nesse mesmo ano, veio a pandemia do coronavírus, que obrigou à adoção do isolamento social como medida de

contenção e deslocou a atenção do Ministério da Saúde para questões mais urgentes.

A campanha tinha como título “Tudo tem seu tempo: adolescência primeiro, gravidez depois”, evocando o que Foucault (2019) chama, a partir de Clemente de Alexandria, de “princípios da medida e da conveniência”, a serem conservados, agora, não no casamento, mas na interdição do sexo a adolescentes como uma política de Estado.

Para tentar afastar possíveis dizeres de que o motivo da campanha repousaria em um desejo moralizante de ordem cristão, Damares afirmou, no lançamento da campanha, que esta “não nasceu de um *insight* de uma ministra fundamentalista” e que “estamos diante de um problema de saúde pública, é grave, não é um problema moral” (ESTADO DE MINAS, 2020, *online*). Entretanto, outros excertos da notícia com falas da ministra denotam que a campanha também decorre de princípios morais construídos em torno da criança e adolescente:

Quando a gente está falando de gravidez na adolescência todo mundo pensa na menina de 15 anos, eu quero falar na menina de 12 anos.

Conversamos com todo mundo, especialistas, pais, crianças, adolescentes, e tivemos a coragem de dizer nós vamos falar sobre retardar o início da relação sexual, além dos métodos contraceptivos que já existem, temos agora “reflita, pense duas vezes” (antes de fazer sexo).

Estamos lançando hoje a campanha à prevenção da gravidez precoce. O que estou falando é da prevenção ao sexo precoce, vamos continuar falando disso, isso não se encerra em uma campanha, em um dia, é uma conversa por muito tempo e por gerações (ESTADO DE MINAS, 2020, *online*).

Nesse sentido, a gravidez na adolescência é um problema de saúde pública, mas, nessa política, o discurso da abstinência das relações sexuais como método é um princípio moral. As falas da ministra constroem um código de temperança que apregoa o domínio sobre os apetites sexuais na adolescência, sob a égide de um discurso da natureza sobre o momento adequado para o sexo

e a moral cristã da abstinência das relações sexuais. De acordo com Cabral e Brandão (2020), ainda que a abstinência sexual ou adiamento da iniciação sexual seja uma opção legítima, porquanto de caráter íntimo e pessoal e independente da idade ou religião, a formulação de políticas públicas num estado democrático necessita amparar-se em premissas científicas mais robustas, de modo a atentar para a laicidade estatal.

Por outro lado, é com base no saber biopolítico das medições estatísticas que o então Ministério da Saúde elabora seu dizer sobre a gravidez na adolescência no Brasil:

De acordo com o Ministério da Saúde, cerca de 930 adolescentes e jovens dão à luz todos os dias, totalizando mais de 434,5 mil mães adolescentes por ano. O Brasil registra a maior taxa entre os países da América Latina e Caribe, chegando a 68,4 nascidos vivos para cada mil adolescentes e jovens (ESTADO DE MINAS, 2020, *online*).

Aqui, mobiliza-se argumentos de ordem científica para justificar a nova política de saúde pública. Além disso, Mandeta também discute se a forma mais apropriada para denominar a campanha seria “abstinência” sexual. Para ele, trata-se mais de propor medidas de retardamento sexual, sem impor uma prática ou uma renúncia:

Eu não entendo como abstinência, entendo como um comportamento mais responsável

Se a campanha serve para A e não para B, que B faça uso de um DIU, de um diafragma, mas se a pessoa A achar que serve para ela, ela tem direito de ser o dona do seu corpo (sic).

Querem dizer que devemos falar para a menina de 11 anos: coloque um anticoncepcional, coloque um DIU, não é assim que funciona.

Dessa maneira, os argumentos de Mandeta tencionam as campanhas de saúde pública e de educação sexual que instruem acerca de métodos contraceptivos. Por ser responsável por um ministério em um governo declaradamente

conservador e de inspiração religiosa, distancia-se das práticas de educação sexual apregoadas em governos anteriores, mas também não acredita unicamente na adoção de medidas moralizantes como solução para um problema de saúde pública, postura no mínimo ambígua que ocasionou a saída do ministro do comando da pasta da Saúde, conforme vimos, no começo da grave crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19, a partir de março de 2020. Não custa lembrar que a campanha do candidato Bolsonaro foi marcada pela emergência tenaz de *fake news* as quais envolviam, principalmente, temas relacionados à sexualidade, como a suposta existência de um “kit-gay” e da “ideologia de gênero” (MISKOLCI, 2018; COTTA; POCAHY, 2018) que deturpariam a inocência de crianças, ao implantar uma agenda que levaria a destruição da família e da moralidade cristã. Essas *fake news*, conforme destacam Sargentini e Carvalho (2021), promovem uma fratura nas democracias representativas, pois a desqualificação da informação possibilita que grupos com interesses antidemocráticos ascendam ao campo decisório de poder político e de constituição de políticas públicas.

O terceiro enunciado que analisamos, uma matéria do portal G1, é uma chamada para um vídeo de uma reportagem do programa de variedades Fantástico, exibido pela TV Globo, que trata da opinião de pais sobre a disposição de seus filhos em retardar a vida sexual em adesão à política de abstinência de Damares, lançada naquele momento. Nesse sentido, uma das falas que o texto verbal da publicação agrega é a que segue:

A Sociedade Brasileira de Pediatria disse essa semana que, embora teoricamente protetoras, as intenções de abstinência geralmente falham e não são eficazes para retardar o início das relações sexuais ou alterar comportamentos de risco. Nos Estados Unidos, um estudo concluiu que onde a abstinência era a principal política, o número de casos de gravidez adolescente aumentou (G1, 2020, *online*).

Trata-se, assim, de um discurso que repousa no saber científico da Medicina pediátrica e nos dados estatísticos que produzidos para medir a eficácia dessa política em outros locais onde já foi adotada. Assim, essa posição confronta a abstinência sexual como método contraceptivo, ao evidenciar que não houve eficácia, mas, ao contrário, sua adoção foi acompanhada de incremento da gravidez precoce. Há, nesse discurso, a vontade de verdade do campo médico, assinalado por uma instância de delimitação (FOUCAULT, 2008), que permite descrever e analisar a política de abstinência sexual como um objeto de discurso.

O quarto enunciado nos mostra que, mesmo diante da pandemia, a prefeitura de São Paulo (SP) apoiou a aprovação de um projeto de lei (PL) de abstinência sexual semelhante, o qual foi apresentado pelo vereador Rinaldi Digilio (PSL). Para tanto, foi realizada no dia 08 de junho de 2021 uma Audiência Pública virtual da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, para discutir o PL 813/2019, que inclui no calendário oficial de SP a “Semana Escolhi Esperar”, de prevenção e conscientização sobre gravidez precoce (VALE, 2021, *online*).

Esse projeto foi veementemente criticado por vereadoras de partidos da oposição, que o enxergam como uma forma de instalar uma agenda conservadora na política pública de sexualidade, pois essa proposta está ligada a interesses de igrejas evangélicas, como declarou a vereadora Juliana Cardoso (PT), em fala apresentada no quinto enunciado, como segue.

“A proposta é que, pela relação com Deus, as mulheres poderiam esperar a relação sexual”, disse a vereadora. “Mas ele não faz o que precisa ser feito, que é falar sobre a pílula e outros métodos contraceptivos. Fala que a menina precisa ‘se preservar’. Esse é o nome de um programa federal da ministra Damarens Alves e das igrejas evangélicas”, disse (ESTADÃO, 2021, *online*).

A fala da vereadora rechaça a comunhão com Deus como única política de sexualidade para todos, pois considera que o homem desejante (FOUCAULT, 1998) também precisa ter outras opções de tecnologias de si que não repousem na moral cristã, como as medidas de prevenção e contracepção cientificamente recomendadas.

O texto do projeto foi apresentado em uma primeira versão, com proposição de uma semana de conscientização sobre a gravidez na adolescência e, por isso, recebeu a votação das vereadoras opositoras na primeira votação, mas depois foi apresentado um substitutivo para transformar a semana em uma política pública perene de abstinência sexual. Não obstante, a Prefeitura de São Paulo colocou sigilo no processo administrativo que resultou na elaboração do seu parecer favorável ao projeto. O projeto, de qualquer modo, parece prever um certo pensamento moral, o qual busca definir a relação do sujeito com a própria atividade sexual (FOUCAULT, 2005).

O sexto enunciado serve para situarmos um projeto pioneiro de abstinência sexual nos Estados Unidos, durante o governo de Ronald Reagan (1981-1989), como medida para enfrentar a epidemia de AIDS nos anos de 1980 (ALVIM, 2020, *online*). O projeto, apelidado de Lei da Castidade, foi apresentado ao Congresso Americano pelos senadores Jeremiah Denton e Orrin Hatch, transformado depois na lei *Adolescent Family Life* (AFL), sem mencionar abstinência ou castidade, mas proibindo uso de verba pública para organização que promovesse o aborto, ficando restrita a educação e aconselhamento de adolescentes sobre contracepção, maternidade, planejamento familiar e adoção. Na prática, a verba foi utilizada para financiar projetos religiosos focados na abstinência e castidade antes do casamento, omitindo informações sobre outras formas de proteção e contracepção, a não ser para dizer que são falhos.

Em 1996, no governo de Bill Clinton, o Legislativo Americano determinou a criação de um programa de abstinência sexual, com determinação de repasse anual de US\$ 50 milhões de dólares, a partir de 1998 e durante cinco anos, para projetos escolhidos pelos Estados. Esse projeto foi reformulado e hoje é denominado de *Sexual Risk Avoidance Education Program* (Programa para Educação da Prevenção aos Riscos Sexuais). Essa abordagem foi impulsionada no governo Bush, reduzida no governo Obama e reconduzida no governo Trump. A remissão a essa política, engendrada alhures, constitui uma estratégia discursiva voltada para mostrar que tal abordagem não foi bem-sucedida.

O sétimo enunciado trata da difusão do ideal cristão de castidade por um movimento organizado denominado de “Eu escolhi esperar”, o qual tem inspiração evangélica e se baseia na ideia de livre arbítrio para escolha de quando iniciar a vida sexual. Nesse sentido, uma de suas integrantes enuncia o que segue: “O conselho que o movimento dá é de abstinência sexual, de levar o sexo apenas para o casamento. É o que nós cristãos entendemos também. Intimidade sexual é só dentro do casamento. Nunca tive contato sexual antes do meu marido” (UOL, 2021, *online*).

Essa fala é atribuída a Brenda Castro, que confessa a sua prática de castidade. Ela se enuncia como uma feminista que cresceu dentro da doutrina da igreja cristã evangélica e que tomou a decisão de casar virgem de forma livre e esclarecida, consciente da ideia de submissão a que cada parceiro deve estar no casamento: “À luz da palavra cristã na Bíblia, que eu acredito, temos que ser submissos uns aos outros” (UOL, 2021, *online*).

Essa matéria é um depoimento, todo estruturada em discurso direto, constituindo-se, assim, em uma modalidade de confissão do sexo. O ponto de sua aplicação (FOUCAULT, 2008) também são as Sagradas Escrituras, mobilizando

questões relativas a castidade, virgindade e sexo após o casamento como uma de suas funções. O enunciado de Brenda é apresentado como um espaço de conciliação entre o discurso feminista do *Girl Power*, da liberdade, e as doutrinas cristãs. Entretanto, o discurso é um espaço de luta, de ação e reação (FOUCAULT, 2002). Por isso, o oitavo enunciado nos mostra, fazendo frente à essa ideia de liberdade, que existe um desejo de conversão de todos a uma moral da castidade, como segue no dizer confessional do criador do movimento “Eu escolhi esperar”, o pastor Nelson Júnior.

A virgindade, a castidade, se preservar, principalmente até o casamento, ainda que não seja mais virgem, pareciam ser escolhas de um pequeno grupo. É o ‘Eu Escolhi Esperar’ é a resposta mais clara para a sociedade, para o poder público, para a Igreja, para especialistas. É a evidência de que existem milhões que fazem essa escolha (NETO, 2020, *online*).

Esse movimento tem cerca de dez anos de existência e sua difusão ocorreu de forma itinerante, com seminários em igrejas, e também pelas redes sociais, mobilizando o discurso como campo de tensão entre a liberdade do homem do desejo e a proposição de práticas de vigilância sobre si mesmo. Com a ligação próxima entre o conservadorismo e o campo político, esse movimento tende a pautar as políticas públicas de saúde sexual. Na visão do criador do movimento, pode-se perceber um desejo de expansão dessa agenda moral no intuito de criar políticas governamentais. Vemos que o sujeito enunciativo se refere a “milhões” que decidiram esperar e essa ênfase quantitativa busca mostrar a pretensa eficiência da política da abstinência. Em epítome, os impulsos precisam ser detidos para que a ordem se instale (SILVEIRA, 2018) e, segundo a visão do pastor Nelson Júnior, trata-se de uma conduta temperante que necessita ser incentivada e estimulada cada vez mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste texto, buscamos analisar como são produzidos discursos acerca da virgindade e da castidade no interior de domínios, como a religião e a política. Para tanto, o foco incidiu sobre o exame de nove materialidades jornalísticas veiculadas nas mídias digitais. No intento de subsidiar teoricamente as análises, buscamos respaldo nos estudos discursivos foucaultianos, especificamente nas discussões constantes no quarto volume da História da sexualidade, publicado recentemente. Dentre as reflexões presentes nesta obra, centramos o nosso olhar sobre a questão da virgindade e, a partir disso, engendramos um modo de investigação que pudesse dar conta das continuidades e descontinuidades históricas que circundam as práticas da contenção sexual.

Na atualidade, pudemos observar que ainda subsistem uma certa moralidade religiosa acerca da virgindade e da castidade, razão pela qual se explica o fato de os sujeitos contemporâneos defenderem, de modo franco, uma certa matriz de conduta marcada pela temperança e por um controle vigilante sobre si mesmos e com o corpo, com vistas à salvação. Uma passagem bíblica parece representativa acerca dessa questão, a saber: “Acaso não sabem que o corpo de vocês é santuário do Espírito Santo que habita em vocês, que lhes foi dado por Deus, e que vocês não são de vocês mesmos?” (Coríntios; 6;8, s.p).

Tendo em vista as positivities históricas que, no decorrer do último século, acentuaram uma certa dessacralização das práticas sexuais, a defesa da virgindade aparece hoje por meio de uma raridade enunciativa. Certamente isso pode explicar o porquê de serem produzidas materialidades jornalísticas que abordam a problemática, trazendo para a cena as vozes de sujeitos autorizados a enunciarem acerca dessa questão.

Além disso, as matérias analisadas permitem observar o funcionamento de determinadas disputas de verdades acerca da virgindade e da

abstinência sexual como uma forma de retardar a gravidez precoce, pois, enquanto se nota uma defesa desse tipo de política, por parte de membros do legislativo, há uma menção a saberes do campo médico e a exemplos de outros países, em particular, os Estados Unidos, que adotaram semelhantes campanhas e não lograram êxito.

Considerando as peculiaridades da cena política brasileira, especialmente a partir de um contínuo processo de inserção de grupos religiosos no cerne do poder decisório, é possível entrever um recrudescimento de posturas conservadoras na proposição de políticas públicas concernentes à sexualidade juvenil. Os acenos neste direcionamento apontam, ora de modo tácito, ora explícito, para um governo de si e do outro assinalado pela ótica da abstinência e, como corolário, um distanciamento do caráter científico que até então regulou as políticas governamentais de educação sexual no país.

Referências

ALVIM, Mariana. Abstinência sexual: as disputas e os resultados das políticas para adolescentes nos EUA que inspiram governo Bolsonaro. BBC, Brasil, São Paulo, 15 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51043161>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BÍBLIA SAGRADA. Coríntios. Disponível em: <https://www.bible.com/bible/129/1co.6.18-20>. NVI>. Acesso em: 07 jan. 2020.

CABRAL, Cristiane da Silva; BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa, Cad. Saúde Pública, v. 36, n.8, e00029420, 2020.

COTTA, Rafaela; POCAHY, Fernando. Escola sem partido e sua maldita benevolência contra uma suposta ideologia de gênero: afinal, do que as crianças precisam ser protegidas? In: POCHAY, Fernando.; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte

- de; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. (Orgs.). *Gênero, sexualidade e geração: intersecções na educação e/m saúde*. Aracaju: EDUNIT, 2018, p. 129-148.
- “FEMINISMO traz o direito de escolha. Eu e meu marido nos casamos virgens”. UOL, Universa, São Paulo 08 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/06/08/sou-feminista-nao-creio-em-submissao-da-mulher-e-so-fiz-sexo-apos-me-casar.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- FERNANDES, Millôr. *Millôr definitivo: a Bíblia do Caos*. São Paulo: L&PM Pocket, 1994.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e subjectividade (Howison Lectures). *Revista de Comunicação e linguagem*, Edições Cosmos, Lisboa, n.º. 19, p. 203-223, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Trad. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Sobre a história da sexualidade*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013, p. 363-406.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 4: as confissões da carne*. Edição estabelecida por Frédéric Gros. Tradução: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2019.
- GOVERNO lança campanha que prega abstinência sexual contra gravidez precoce. Estado de Minas, Geral, Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/02/03/interna_nacional,1119158/governo-lanca-campanha-prega-abstinencia-sexual-gravidez-precoce.shtml. Acesso em 20 jun. 2021.
- KNIBIEHLER, Yvonne. *História da virgindade*. São Paulo: Contexto, 2016.
- LIMA, Suelane Gonçalves Santiago. *Ser virgem: discursos sobre corpo, virgindade, matrimônio e matriz de condutas em vídeos do YouTube (2011-2018)*. 2020. 168 f. Mestrado (Dissertação em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Estadual de Feira de Santana: Feira de Santana, 2020.
- MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”, *Cad. Pagu*, Campinas, n. 53, p. 1-14, 2018.
- NETO, João. Juntos podemos mudar a cultura sexual de uma nação, diz pastor do ‘Eu Escolhi Esperar’. GUIAME, Família, São Paulo, 03 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://guiame.com.br/gospel/familia/juntos-podemos-mudar-cultura-sexual-de-uma-nacao-diz-pastor-do-eu-escolhi-esperar.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- PAIS e adolescentes opinam sobre plano de abstinência sexual proposto pelo governo; assista. G1, Fantástico, Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/02/02/pais-e-adolescentes-opinam-sobre-plano-de-abstinencia-sexual-proposto-pelo-governo-assista.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Submissão: junho de 2021.

Aceite: outubro de 2021.

PREFEITURA de SP apoia projeto que prevê abstinência sexual para adolescentes. Estadão, política, São Paulo, 15 de junho de 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-de-sp-apoia-projeto-que-preve-abstinencia-sexual-para-adolescentes,70003747150>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SARGENTINI, Vanice; CARVALHO, Pedro Varoni. A vontade de verdade nos discursos: contornos das fake news. In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (Orgs.). Discurso e (pós)verdade. São Paulo: Parábola Editorial, 2021. p. 73-86.

SARYNE, Bárbara. Jovens que escolheram esperar dizem que namoro cristão é uma prova de amor. IG, Delas, São Paulo, 07 de junho de 2018. Disponível em: <https://delas.ig.com.br/amoresexo/2018-06-07/namoro-cristao-escolhi-esperar-casamento.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SILVEIRA, Éderson Luís. A universalidade desmantelada e as derivas de gênero: Foucault, Butler e as sexualidades insurgentes, Interfaces, Guarapuava, v. 9, n.2, p. 141-162, ju/set. 2018. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/5302/3788. Acesso em: 20 jun. 2021.

SOUZA, Felipe. Escolhi esperar (de novo): brasileiros decidem transar só depois do casamento mesmo não sendo mais virgens. BBC Brasil, São Paulo, 20 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41585689>. Acesso em: 20 jun. 2021.

VALE, Natália do. Semana Escolhi Esperar, de prevenção e conscientização sobre gravidez precoce, volta a ser tema de audiência pública na Câmara. Câmara Municipal de São Paulo, notícias, São Paulo, 07 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/semana-escolhi-esperar-de-prevencao-e-conscientizacao-sobre-gravidez-precoce-volta-a-ser-tema-de-audiencia-publica-na-camara/>. Acesso em: 22 jun. 2021.